

Pedra Cinza Mineração Ltda.

Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente

Índice

Relatório da administração.....	2
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Balanço patrimonial.....	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente.....	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido negativo.....	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11
Composição da Administração e Contabilidade	26
Declaração da Administração sobre as demonstrações contábeis	27
Declaração da Administração sobre o relatório dos auditores independentes	28

Contexto operacional

A Pedra Cinza Mineração Ltda. (“Empresa ou “Pedra Cinza”) é uma sociedade limitada, constituída em 28 de julho de 2005, e têm como objeto social a exploração e o comércio de minérios em geral, em todo o território nacional, compreendendo pesquisa, lavra e beneficiamento, prestação de serviços geológicos, importação, exportação e comércio de produtos minerais, químicos e industriais, podendo participar do capital de outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista. A sede social da Empresa está localizada na Avenida Professor Magalhães Neto, nº 1.752, Pituba, Salvador, Bahia, Brasil.

A Empresa está em fase de pesquisa, realizando atualmente estudos preliminares e sondagens na região centro-sul do Estado da Bahia próxima aos municípios de Caetité e Licínio de Almeida para explorar recursos minerais de ferro e na região noroeste do Estado da Bahia, a cerca de 6 km do município de Lapão, para explorar recursos minerais de zinco e chumbo. Os estudos preliminares e sondagens ainda não apresentaram definição geológica de reservas minerais.

Em 31 de dezembro de 2024, a Empresa apresentou capital circulante líquido negativo, no montante de R\$ 482 (2023, negativo em R\$ 22.095), assim como, tem acumulado prejuízo contábil no valor de R\$ 247.228 (2023, R\$ 223.405). A Empresa conta com o suporte financeiro do Grupo ERG, através do quotista controlador Bahia Minerals B.V. (“BM BV”), para fornecer recursos necessários para a continuidade de suas atividades operacionais.

Capital social

O capital social autorizado está representado por 251.127 (duzentos e cinquenta e um mil, cento e vinte e sete) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, cujo valor integralizado corresponde a R\$ 223.079 e restando o valor de R\$ 28.048 a integralizar.

Continuidade operacional

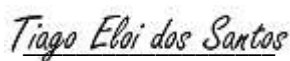
A Diretoria da Empresa elaborou suas demonstrações contábeis no pressuposto de continuidade das suas operações e considera em sua principal ação o suporte financeiro de seu acionista controlador, garantindo assim que a liquidez esteja adequada e disponível para atender às obrigações contratuais e para os obter recursos adicionais quando necessário. A ocorrência desses eventos em sua plenitude e em um período apropriado é considerado julgamento crítico pela diretoria da Empresa.

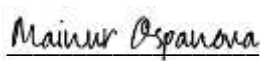
Responsabilidade da Diretoria

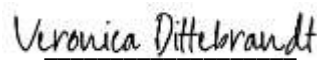
Confirmamos com o melhor de nosso conhecimento que as demonstrações contábeis da Empresa foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2024, o desempenho das operações e os fluxos de caixa, juntamente com as descrições dos principais riscos e incertezas que a Empresa enfrenta.

Administradores

Os Administradores em exercício durante o período das demonstrações contábeis, bem como até a data de sua assinatura em 23 de dezembro de 2025 estão indicados a seguir:


Tiago Eloi dos Santos
Administrador


Mainur Ospanova
Administradora


Veronica Dittebrandt
Administradora

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Quotistas e Administradores da
Pedra Cinza Mineração Ltda.
Salvador - Bahia

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Pedra Cinza Mineração Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – incerteza relevante relacionada à continuidade operacional e envolvendo as atividades exploratórias da Empresa

Chamamos a atenção para a nota explicativas 1 às demonstrações contábeis, que indicam que, em 31 de dezembro de 2024, a Empresa apresentou capital circulante líquido negativo, no montante de R\$ 482 mil (31 de dezembro de 2023, negativo em R\$ 22.095 mil), assim como, prejuízos acumulados, no montante de R\$ 247.228 mil (31 de dezembro de 2023, R\$ 223.405 mil). Adicionalmente, conforme as notas explicativas 6 e 7 às demonstrações contábeis, a Empresa despendeu montantes significativos relacionados, principalmente, ao ativo fixo e às licenças de exploração, cuja recuperação está sujeita ao sucesso de suas campanhas exploratórias em andamento. O investimento em montantes significativos na exploração de reservas minerárias pode não resultar em descoberta de reservas economicamente viáveis. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes que seriam requeridos caso os investimentos não apresentem o resultado esperado, que depende do sucesso de suas operações futuras. Os planos da diretoria em relação às suas atividades operacionais estão descritos na nota explicativa 3(a). Esses eventos ou

condições, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 23 de dezembro de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O



Daniel de Araujo Peixoto
Contador CRC BA-025348/O

Balanço patrimonial
31 de dezembro
(Em milhares de reais)



	Nota	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.325	675
Tributos a recuperar		280	91
Outros ativos		5	87
		1.610	853
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Partes relacionadas	9	23	-
Tributos a recuperar		7	178
		30	178
Imobilizado	6	1.710	1.480
Intangível	7	16.621	16.625
		18.331	18.105
Total do ativo		19.971	19.136
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8	783	3.260
Partes relacionadas	9	460	17.343
Obrigações fiscais e sociais		849	2.345
		2.092	22.948
Não circulante			
Empréstimos com partes relacionadas	9	-	16.728
Recuperação ambiental	11	42.028	37.754
		42.028	54.482
Total do passivo		44.120	77.430
Patrimônio líquido negativo			
Capital social	12	223.079	154.151
Contribuição ao capital	12	-	10.960
Prejuízos acumulados		(247.228)	(223.405)
		(24.149)	(58.294)
Total do passivo e patrimônio líquido negativo		19.971	19.136

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis da Empresa.

Demonstração do resultado**Exercícios findos em 31 de dezembro**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	2024	2023
Despesas gerais e administrativas	13	(19.083)	(79.748)
Outras receitas (despesas), líquidas	14	(4.134)	698
Resultado operacional		(23.217)	(79.050)
Receitas financeiras		704	542
Despesas financeiras		(1.310)	(2.472)
Resultado financeiro	15	(606)	(1.930)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(23.823)	(80.980)
Tributos sobre o lucro		-	-
Prejuízo do exercício		(23.823)	(80.980)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis da Empresa.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	2024	2023
Prejuízo do exercício	(23.823)	(80.980)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(23.823)	(80.980)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis da Empresa.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido negativo
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	Capital social			Contribuições ao capital acumuladas	Prejuízos acumulados	Total
		Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Capital Social Subscrito e a integralizar			
Em 1º de janeiro de 2023		124.455	(42.579)	81.876	7.664	(142.425)	(52.885)
Aumento do capital social	12	126.672	(126.672)	-	-	-	-
Integralização de capital social	12	-	72.275	72.275	-	-	72.275
Contribuição ao capital	12	-	-	-	3.296	-	3.296
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(80.980)	(80.980)
Em 31 de dezembro de 2023		251.127	(96.976)	154.151	10.960	(223.405)	(58.294)
Integralização de capital social	12	-	68.928	68.928	-	-	68.928
Contribuição ao capital	12	-	-	-	(10.960)	-	(10.960)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(23.823)	(23.823)
Em 31 de dezembro de 2024		251.127	(28.048)	223.079	-	(247.228)	(24.149)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis da Empresa.

Demonstração do fluxo de caixa**Exercícios findos em 31 de dezembro**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(23.823)	(80.980)
Ajustes para reconciliação do prejuízo do exercício			
Depreciação e amortização	6 e 7	148	97
Provisões e reversões, líquidas	14	4.274	1.565
Perda na baixa de ativo imobilizado	6	166	31
Juros sobre mútuos e empréstimos	9	868	2.160
Estimativa de valor justo sobre empréstimos	15	(590)	-
Variações no capital circulante			
Fornecedores		(2.477)	(3.876)
Partes relacionadas		5.538	7.274
Tributos a recuperar		(18)	(269)
Obrigações fiscais e sociais		(1.496)	2.345
Outros ativos e passivos		86	(1.719)
Caixa líquido usado pelas atividades operacionais		(17.325)	(73.372)
Atividades de investimento			
Aquisição de intangível	7	-	(13.600)
Aquisição de imobilizado	6	(540)	(482)
Caixa líquido usado pelas atividades de investimento		(540)	(14.082)
Atividades de financiamento			
Aporte de capital social de acionista		68.928	72.275
Redução de empréstimos junto a partes relacionadas	9	(50.413)	(2.127)
Contribuição ao capital de partes relacionadas	9	-	3.296
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		18.515	73.444
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		650	(14.010)
Caixa e equivalentes no início do exercício	5	675	14.685
Caixa e equivalentes no final do exercício	5	1.325	675

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis da Empresa.

1. Contexto operacional

A Pedra Cinza Mineração Ltda. (“Empresa” ou “Pedra Cinza”) é uma sociedade limitada, constituída em 28 de julho de 2005, e têm como objeto social a exploração e o comércio de minérios em geral, em todo o território nacional, compreendendo pesquisa, lavra e beneficiamento, prestação de serviços geológicos, importação, exportação e comércio de produtos minerais, químicos e industriais, podendo participar do capital de outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista. A sede social da Empresa está localizada na Avenida Professor Magalhães Neto, nº 1.752, Pituba, Salvador, Bahia, Brasil.

Em 31 de dezembro de 2024, a Empresa apresentou capital circulante líquido negativo, no montante de R\$ 482 (2023, negativo em R\$ 22.095), assim como, tem acumulado prejuízo contábil no valor de R\$ 247.228 (2023, R\$ 223.405). A Empresa conta com o suporte financeiro do Grupo ERG, através do quotista controlador Bahia Minerals B.V. (“BM BV”), para fornecer recursos necessários para a continuidade de suas atividades operacionais.

(a) Aprovação das demonstrações contábeis

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Empresa em 23 de dezembro de 2025.

2. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Diretoria na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, bem como foram ajustadas para refletir perdas ou ganhos com valor justo de alguns instrumentos financeiros.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da diretoria da Empresa, no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota 3.

2.2 Novas normas, interpretações e revisões emitidas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Contábeis). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

2.2 Novas normas, interpretações e revisões emitidas (continuação)

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis (continuação)

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela diretoria, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das Demonstrações Contábeis primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Empresa está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas Demonstrações Contábeis primárias e notas explicativas às Demonstrações Contábeis.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare Demonstrações Contábeis consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

A Empresa não é elegível para aplicação do IFRS 19.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado

Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de Demonstrações Contábeis que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas Demonstrações Contábeis da Empresa.

2.2 Novas normas, interpretações e revisões emitidas (continuação)

Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de Demonstrações Contábeis que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas Demonstrações Contábeis da Empresa.

2.3 Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Empresa está inserida ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais ("R\$"), que é a moeda funcional da Empresa.

(b) Transações e saldos

As operações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação. Os ganhos e as perdas cambiais incorridos nessas transações e na conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e outros são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.5 Ativos financeiros

A Empresa classifica, mensura e reconhece seus ativos financeiros sob a categoria "mesurados ao custo amortizado". A classificação de ativos financeiros é geralmente baseada no modelo de negócios adotado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

2.5 Ativos financeiros (continuação)

(a) Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

(b) Mensuração

No reconhecimento inicial, a Empresa mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Subsequentemente, serão mensurados pelo custo amortizado com base na taxa efetiva de juros.

(c) Impairment de ativos financeiros

A Empresa mantém como ativos financeiros, sujeitos a perda esperada de crédito estabelecida pelo CPC 48 / IFRS 9, caixa e equivalente de caixa. A Empresa avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos ativos financeiros registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

2.6 Imobilizado

(a) Reconhecimento e mensuração

Edificações, máquinas e equipamentos, veículos, computadores periféricos, móveis e utensílios e instalações são demonstrados pelo custo histórico. O custo histórico do ativo imobilizado inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e, quando aplicável, também pode incluir os custos de empréstimos, incluindo os juros incorridos provenientes dos empréstimos em moeda estrangeira, que se qualifiquem como encargos financeiros da operação, necessários à formação de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item sejam gerados e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é registrado como despesa se os critérios de reconhecimento de imobilizado não são cumpridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando aplicável, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são reconhecidos em "despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado.

(b) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Empresa obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

2.6 Imobilizado (continuação)

Os terrenos não são depreciados e a depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus respectivos valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

- Edificações: de 10 a 60 anos;
- Máquinas e equipamentos: de 5 a 30 anos;
- Móveis e utensílios: de 2 a 30 anos; e
- Outros ativos: de 2 a 30 anos.

(c) Atividades de exploração e avaliação

As atividades de exploração e avaliação envolvem a prospecção e lavra de recursos minerais, a determinação da viabilidade técnica e o estudo da viabilidade comercial de um recurso identificado. As atividades de exploração e avaliação compreendem:

- Pesquisa e análise de dados históricos de exploração;
- Coleta de dados de exploração através de estudos geofísicos;
- Perfuração exploratória e coleta de amostras;
- Definição e exame do volume e do teor mineral do recurso;
- Levantamento das necessidades de transporte e infraestrutura; e
- Ativo relacionado à recuperação ambiental.

Os gastos com exploração e avaliação são lançados no resultado conforme realizados, a menos que a Empresa conclua que a realização de benefício econômico futuro seja praticamente certo, o que no caso da Empresa corresponde à declaração de comercialidade do ativo mineral.

2.7 Intangível

(a) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos a serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil dos softwares de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa conforme incorridos.

(b) Direitos minerários

Os direitos minerários são avaliados pelo valor de custo de aquisição e sujeitos a testes de recuperação (*impairment*). A amortização dos direitos minerários será calculada pelo período de vida útil estimado da mina com base na relação obtida entre a produção efetiva e o montante total das reservas provadas.

2.8 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização ou depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

No caso de ativos relacionados à exploração mineral, as estimativas utilizadas para a verificação de *impairment* serão revisadas com base no estudo de viabilidade econômica da Empresa, sendo os fluxos de caixa são baseados em:

2.7 Intangível (continuação)

- Estimativas de capacidade de produção mineral do projeto;
- Níveis de produção futuros do minério;
- Estimativas futuras da cotação de preços do minério no mercado ativo; e
- Custos futuros de produção, gastos com investimentos na mina, gastos com restauração da área a ser explorada, e gastos com danos ambientais.

2.8 Impairment de ativos não financeiros (continuação)

Entidades que reconhecem ativos de exploração mineral são requeridas a realizar análises de recuperação desses ativos quando eventos específicos ou circunstâncias indicam a necessidade de uma avaliação de *impairment*. Considerando que os direitos minerários da Empresa estão em fase de exploração, foi avaliado a possível deterioração desses ativos com base nas diretrizes do IFRS 6 - Exploração e Avaliação de Recursos Minerais. Durante essa análise, nenhum sinal de comprometimento foi identificado.

2.9 Fornecedores

Fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método de taxa de juros efetiva.

2.10 Empréstimos

Os empréstimos são tomados com partes relacionadas e são apresentados pelos valores em moeda estrangeira, convertidos para reais na data do balanço. Tais empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, sendo que não ocorreram custos da transação na sua aquisição e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. A despesa de juros sobre empréstimos é reconhecida no resultado através do método da taxa efetiva de juros.

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que são incorridos. Custos dos empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Empresa relativos ao empréstimo.

A Empresa é parte em contratos de mútuos com seu acionista controlador e com as subsidiárias de seu acionista controlador. Os recursos recebidos sob os contratos de mútuos representam empréstimos e contribuições ao capital. A diferença entre o valor dos empréstimos reconhecidos pelo valor justo no momento inicial e o montante recebido sob os contratos de mútuos é reconhecida como uma contribuição ao capital no patrimônio líquido.

2.11 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor foi estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Empresa liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

2.11 Provisões (continuação)

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A Empresa encontra-se em fase de pesquisa e não possui receitas ou rendas sujeitas à tributação pelo imposto de renda ou contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e contribuição social, diferidos ativos, são reconhecidos somente na proporção em que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

A Empresa decidiu por não reconhecer os impostos diferidos ativos, tendo em vista encontrar-se em fase de pesquisa.

2.13 Capital social

As quotas são classificadas no patrimônio líquido.

2.14 Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos para o próximo exercício financeiro estão descritas a seguir.

(a) Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2024, a Empresa apresentou capital circulante líquido negativo, no montante de R\$ 482 (2023, negativo em R\$ 22.095), assim como, tem acumulado prejuízo contábil no valor de R\$ 247.228 (2023, R\$ 223.405). A Diretoria da Empresa elaborou suas demonstrações contábeis no pressuposto de continuidade das suas operações e considera o suporte financeiro de seu quotista controlador, garantindo assim que a liquidez esteja adequada e disponível para atender às obrigações contratuais e para os obter recursos adicionais quando necessário. A ocorrência desses eventos em sua plenitude e em um período apropriado são considerados julgamentos críticos pela Diretoria da Empresa.

(b) Taxa de juros sobre empréstimos

As transações de empréstimos, necessárias para a liquidação das obrigações da Empresa, não prevê a incidência de juros. Com isso, o valor justo reconhecido pela Empresa busca refletir o custo de captação de recursos em um ambiente de livre concorrência. Onde a taxa de desconto utilizada deve refletir as avaliações atuais do mercado, do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos das transações.

(c) Perda (*impairment*) do intangível

O intangível da Empresa, composto por direitos minerários, é revisado anualmente para verificar se há indicativos de *impairment* ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Uma perda por *impairment* será reconhecida pela diferença entre valor contábil do ativo excedente e o valor recuperável verificado.

Os direitos minerários da Empresa correspondem os processos de pesquisa e estudo mineral concedidos pela Agência Nacional de Mineração (“ANM”), compostos pelo custo histórico de pesquisa, consultorias técnicas e sondagens, cuja amortização será iniciada quando começar a produção mineral e em prazo que corresponderá à vida útil estimada das reservas provadas.

(d) Recuperação ambiental

A Empresa utiliza julgamentos e premissas quando mensura suas obrigações referentes a provisão de recuperação de áreas degradadas que seguem as diretrizes previstas pela Deliberação Normativa COPAM (Conselho Estadual de Política Ambiental) nº 145, empregada pelo órgão ambiental do Estado de Minas Gerais para mensuração e classificação de impactos ambientais de empreendimentos minerários exauridos e em fase de descomissionamento. As obrigações provisionadas são mensuradas considerando valores de mercado para contratação de mão de obra especializada, locação de máquinas e equipamentos, remoção de pilhas, desmonte de máquinas, edificações, recuperação e reflorestamento das áreas impactadas.

4. Gestão de risco financeiro

As atividades da Empresa a expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de taxa de juros. O programa de gestão de risco da Empresa se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Empresa. A diretoria identifica, avalia e protege a Empresa contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre substancialmente de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito de partes relacionadas.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante os exercícios, e a diretoria não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

4. Gestão de risco financeiro (continuação)

(b) Risco de liquidez

A diretoria monitora as previsões contínuas das necessidades de liquidez da Empresa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades de suas atividades. Essa condição é obtida, essencialmente, pela obtenção de recursos financeiros de seu quotista controlador.

(c) Risco de taxa de juros

Esse risco decorre da possibilidade de a Empresa incorrer em perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros e em outros indexadores, capazes de reduzir a receita financeira de suas aplicações. Para mitigá-lo, a Empresa tem concentrado seus investimentos em operações cuja rentabilidade acompanha, de forma próxima, a variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e em fundos de renda fixa.

Na data de encerramento do exercício, a Administração da Empresa estimou cenários de variação do CDI. Para o cenário atual, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do período findo e para provável foram utilizadas taxas de acordo com as expectativas de mercado.

A taxa foi estressada com redução em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os testes de sensibilidade dos cenários adversos, conforme demonstrado abaixo.

	Risco	Valores expostos em 31.12.2024	Cenário razoável	Cenário adverso I (25%)	Cenário adverso II (50%)
Aplicações financeiras	Redução da taxa CDI	1.070	117	83	58
CDI (% ao ano)	10,89%				

(d) Instrumentos financeiros por categoria

Os principais instrumentos financeiros da Empresa são: caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e partes relacionadas.

		2024	2023
Ativos	Categoria		
Caixa e equivalentes de caixa	Ao custo amortizado	1.325	675
Valores a receber de partes relacionadas	Ao custo amortizado	23	-
		1.348	675
Passivos	Categoria		
Fornecedores	Ao custo amortizado	783	3.260
Valores a pagar com partes relacionadas	Ao custo amortizado	460	17.343
Empréstimos com partes relacionadas	Ao custo amortizado	-	16.728
		1.243	37.331

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma liquidação ou venda forçada. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros da Empresa.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Aplicações financeiras de curto prazo	1.070	664
Depósitos bancários à vista	253	8
Recursos em caixa	2	3
	1.325	675

As aplicações financeiras, de risco baixo de crédito, referem-se substancialmente às aplicações em Operações Compromissadas, Certificado de Depósito Bancário (CDB-DI), com liquidez diária (disponível para saques e transferências), com rentabilidades vinculadas aos Certificados de Depósitos Interbancários (“CDI”).

Notas explicativas as demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



6. Imobilizado

	Terrenos	Equipamentos de TI	Móveis	Benfeitorias	Outros	Total
Custo						
Em 1º de janeiro de 2023	810	140	178	62	2	1.192
Adições	-	-	179	217	86	482
Baixas	(31)	-	-	-	-	(31)
Em 31 de dezembro de 2023	779	140	357	279	88	1.643
Depreciação acumulada						
Em 1º de janeiro de 2023	-	(6)	(44)	(21)	(1)	(72)
Depreciação	-	(28)	(26)	(35)	(2)	(91)
Em 31 de dezembro de 2023	-	(34)	(70)	(56)	(3)	(163)
Saldo contábil						
Custo total	779	140	357	279	88	1.643
Depreciação acumulada	-	(34)	(70)	(56)	(3)	(163)
Em 31 de dezembro de 2023	779	106	287	223	85	1.480
Custo						
Em 1º de janeiro de 2024	779	140	357	279	88	1.643
Adições (i)	521	19	-	-	-	540
Baixas	(166)	-	-	-	-	(166)
Em 31 de dezembro de 2024	1.134	159	357	279	88	2.017
Depreciação acumulada						
Em 1º de janeiro de 2024	-	(34)	(70)	(56)	(3)	(163)
Depreciação	-	(28)	(36)	(70)	(10)	(144)
Em 31 de dezembro de 2024	-	(62)	(106)	(126)	(13)	(307)
Saldo contábil						
Custo total	1.134	159	357	279	88	2.017
Depreciação acumulada	-	(62)	(106)	(126)	(13)	(307)
Em 31 de dezembro de 2024	1.134	97	251	153	75	1.710

(i) Em 2024, houve adições de imobilizado no total de R\$ 540 (2023, R\$ 482), não havendo adições de imobilizado sem efeito caixa (2023, R\$ 0).

7. Intangível

	Direitos minerários (i)	Outros	Total
Custo			
Em 1º de janeiro de 2023	3.017	30	3.047
Adições	13.600	-	13.600
Em 31 de dezembro de 2023	16.617	30	16.647
Amortização acumulada			
Em 1º de janeiro de 2023	-	(16)	(16)
Amortizações	-	(6)	(6)
Em 31 de dezembro de 2023	-	(22)	(22)
Saldo contábil			
Custo total	16.617	30	16.647
Amortização acumulada	-	(22)	(22)
Em 31 de dezembro de 2023	16.617	8	16.625
Custo			
Em 1º de janeiro de 2024	16.617	30	16.647
Adições	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	16.617	30	16.647
Amortização acumulada			
Em 1º de janeiro de 2024	-	(22)	(22)
Amortizações	-	(4)	(4)
Em 31 de dezembro de 2024	-	(26)	(26)
Saldo contábil			
Custo total	16.617	30	16.647
Amortização acumulada	-	(26)	(26)
Em 31 de dezembro de 2024	16.617	4	16.621

(i) Os direitos minerários da Empresa correspondem aos processos de pesquisa e estudo mineral concedidos pela Agência Nacional de Mineração ("ANM"), compostos pelo custo histórico de pesquisas, consultorias técnicas e sondagens, cuja amortização será iniciada quando começar a produção mineral no prazo que corresponderá à vida útil estimada das reservas comprovadas.

8. Fornecedores

	2024	2023
Fornecedor nacional	783	3.260

9. Partes relacionadas

(a) Transações e saldos

	2024		2023	
	Ativo não circulante	Resultado financeiro	Ativo não circulante	Resultado financeiro
Bahia Mineração S.A. (i)	23	-	-	-
	Passivo Circulante	Resultado financeiro	Passivo circulante	Resultado financeiro
Bahia Mineração S.A. (ii)	460	(868)	17.343	(716)
	Passivo não circulante	Resultado financeiro	Passivo não circulante	Resultado financeiro
Bahia Mineração S.A. (iii)	-	-	16.728	(1.444)
Saldo em 31 de dezembro	437	(868)	34.071	(2.160)

(i) Arrendamento

A Empresa fatura mensalmente valores referente a arrendamento de terra para Bahia mineração. Em 2024 o valor faturado foi de R\$ 285, (2023, R\$2.578).

(ii) Contrato de rateio de gastos administrativos

A Empresa possui contrato de rateio de gastos administrativos (“*cost sharing*”) com a Bahia Mineração S.A. (“BAMIN”). O contrato de *cost sharing* possui correção dos montantes rateados através do índice de inflação até a data de pagamento, onde o montante de R\$ 868 (2023, R\$ 716) representa o custo deste contrato de rateio de gastos administrativos.

(iii) Contrato de mútuo

Em 2024, a PCM liquidou todo o saldo de empréstimo com a BAMIN.

(b) Transações e movimentações

	2024	2023
Saldo inicial em 1º de janeiro	34.071	26.764
Ingresso de recursos	5.538	8.443
Devolução de recursos	(50.413)	-
Contribuição ao capital	-	(3.296)
Juros de operações com partes relacionadas (<i>cost sharing</i>)	868	716
Ganho (perda) com valor justo partes relacionadas	10.373	1.444
Saldo final em 31 de dezembro	437	34.071

10. Riscos de perdas considerados possíveis e, portanto, não provisionados

Na data base de 31 de dezembro de 2024, na esfera Cível, foram identificados alguns passivos contingentes, no montante de R\$ 4.888 (2023, R\$ 4.499), não provisionados e de risco possível. Estando estes litígios em discussão e sendo acompanhados pelos assessores jurídicos da Empresa.

Conforme informações dos assessores jurídicos, não existem outras demandas judiciais contra a Empresa que possam impactar suas demonstrações contábeis e que venham requerer constituição de provisão além daquelas já registradas.

De acordo com a legislação vigente, as operações da Empresa estão sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais por prazos que variam em função da natureza dos tributos. Consequentemente, contingências que possam advir de eventuais fiscalizações não podem ser determinadas neste momento.

11. Recuperação ambiental

	2024	2023
Provisão para recuperação de áreas degradadas	42.028	37.754

A Empresa utiliza julgamentos e premissas quando mensura suas obrigações referentes a provisão de recuperação de áreas degradadas pela atividade de mineração desenvolvida pelo grupo societário que detinha os direitos econômicos da Empresa até o ano de 2012, ano em que o Grupo ERG adquiriu os direitos econômicos da Empresa.

O montante provisionado refere-se às estimativas de recuperação ambiental e desmonte das estruturas, como parte das obrigações previstas no Plano de Recuperação de Áreas Degradadas ("PRAD").

As estimativas explanadas acima seguiram as diretrizes previstas pela Deliberação Normativa COPAM (Conselho Estadual de Política Ambiental) nº 145, empregada pelo órgão ambiental do Estado de Minas Gerais para mensuração e classificação de impactos ambientais de empreendimentos minerários exauridos e em fase de descomissionamento. O valor provisionado foi mensurado em valores de mercado para contratação de mão de obra especializada, locação de máquinas e equipamentos, remoção de pilhas, desmonte de máquinas, edificações, recuperação e reflorestamento das áreas impactadas.

12. Patrimônio líquido negativo

(a) Capital social

O valor total do capital subscrito apresentado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 251.127 (31 de dezembro 2023, R\$ 251.127), dos quais R\$ 223.079 (2023, R\$ 154.151) estão integralizados, sendo que, em 2024 foram integralizados R\$ 68.928 (2023, R\$ 72.275) através de transferência bancárias e R\$ 28.048 (2023, R\$ 96.976) a serem integralizados até 31 de dezembro de 2025.

(b) Contribuição ao capital

As contribuições ao capital foram de R\$ 0 (2023, R\$ 3.296), reconhecidas no patrimônio líquido da Empresa e mensuradas como a diferença entre o valor dos empréstimos reconhecidos pelo valor justo no momento inicial e o montante de recursos recebidos sob os contratos de mútuo.

Devido a liquidação do mútuo com a Bahia Mineração S.A, em 2024, a Empresa reverteu todo seu saldo de contribuição de capital, no montante de R\$ 10.960.

Notas explicativas as demonstrações contábeis**Em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**13. Despesas gerais e administrativas**

	2024	2023
Consultorias, assessorias e serviços gerais	3.899	61.741
Pessoal	10.764	13.968
Tributos	3.315	2.288
Outros	1.105	1.751
	19.083	79.748

14. Outras receitas (despesas), líquidas

	2024	2023
Provisão para riscos trabalhistas	-	(2.988)
Provisão (reversão) para recuperação de áreas degradadas	(4.274)	1.424
Receita com arrendamentos	285	2.578
Outros	(145)	(316)
	(4.134)	698

15. Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras		
Receitas de aplicação financeira	86	541
Ganho com valor justo (i)	590	-
Outras receitas financeiras	28	1
	704	542
Despesas financeiras		
Juros de operações com partes relacionadas	(868)	(2.160)
Outras despesas financeiras	(442)	(312)
	(1.310)	(2.472)
	(606)	(1.930)

(i) Os ganhos com valor justo de empréstimos são resultado da reversão do valor justo sobre o endividamento quitado antecipadamente, em 2024, e líquido da baixa da reserva de capital.

16. Eventos subsequentes

Em fevereiro de 2025, a Empresa celebrou contrato de venda de direitos minerários, no valor de R\$ 1.110, em linha com o plano de manter em seu portfólio apenas ativos aderentes à sua estratégia de exploração mineral.

Em outubro de 2025, a Empresa celebrou novo contrato de venda de direitos minerários, no valor de R\$ 3.500, igualmente alinhado a esse plano.

Composição da Administração e Contabilidade

Na data de aprovação das demonstrações contábeis de 2024



Administração

Tiago Eloi dos Santos

Tiago Eloi dos Santos
Administrador

Mainur Ospanova

Mainur Ospanova
Administradora

Veronica Dittebrandt

Veronica Dittebrandt
Administradora

Contabilidade

Rilson Cruz

Rilson Cruz
Contador
CRC BA 036891/O-5

Declaração sobre as demonstrações contábeis

Declaramos, na qualidade de Administradores responsáveis por fazer elaborar as demonstrações contábeis da Pedra Cinza Mineração, que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Empresa referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Tiago Eloi dos Santos
Administrador

Mainur Ospanova
Administradora

Veronica Dittebrandt
Administradora

Declaração da Administração sobre o relatório dos auditores independentes

Na data de aprovação das demonstrações contábeis de 2024



Declaração sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaramos, na qualidade de Administradores responsáveis por fazer elaborar as demonstrações contábeis da Pedra Cinza Mineração, que reviram e discutiram o conteúdo do relatório dos auditores independentes relativo às demonstrações contábeis da Empresa referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, e informamos que concordamos integralmente com as opiniões nele expressas.

Tiago Eloi dos Santos
Administrador

Mainur Ospanova
Administradora

Veronica Dittebrandt
Administradora